



# SARANDI

Governo Municipal

## EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2026

### OBJETO

*Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR.*

### RESUMO

Critério de julgamento

Menor preço.

Registro de preços

Sim.

Licitação diferenciada para MPE

Não se aplica.

Total estimado

R\$ 334.127,07 (trezentos e trinta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e sete centavos).

### SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 30/06/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renato Macedo Ferreira Portaria nº 2078/2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

[licitacao@sarandi.pr.gov.br](mailto:licitacao@sarandi.pr.gov.br)

(44) 3264-8600

## SUMÁRIO

---

1	DO OBJETO .....	2
2	DO REGISTRO DE PREÇOS .....	2
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	2
	DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE .....	3
4	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	4
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	4
6	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
7	DA ABERTURA DA SESSÃO .....	7
8	DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	8
9	DA NEGOCIAÇÃO .....	11
10	DA PROPOSTA DE PREÇO .....	11
11	DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
12	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
13	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS .....	17
14	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
15	DOS RECURSOS .....	19
16	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
17	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	23
18	DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO .....	23
19	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....	24



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1 DO OBJETO

---

1.1 O objeto da presente licitação é *Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formado por onze itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## 2 DO REGISTRO DE PREÇOS

---

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

---

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor



do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE

3.5 Esta licitação será para ampla participação, conforme motivação apresentada no Comunicado Interno 308/2026 - Administração.



3.6 Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

## 4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

---

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

---

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos subitens 12.1.1 e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do lote;



II. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

## 7 DA ABERTURA DA SESSÃO

---

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





## 8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, gerando menor valor do lote.

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo de real).

8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5%



(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.27 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 9 DA NEGOCIAÇÃO

---

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## 10 DA PROPOSTA DE PREÇO

---

10.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela 1 do Termo de Referência;
- II. quantidade e unidade de medida;



III. valor unitário e total do lote, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e

IV. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.

10.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

## 11 DA FASE DE JULGAMENTO

---

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e

V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

---

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

12.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para



atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:

- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.14.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.15 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.





12.15.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até



a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.15.1.

12.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

12.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a



realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

---

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas



condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 15 DOS RECURSOS

---

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da



interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



## 16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

---

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: [PREGOEIRO2@SARANDI.PR.GOV.BR](mailto:PREGOEIRO2@SARANDI.PR.GOV.BR).

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

---

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.





18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
  - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- ✓ Anexo IV – Análise de Risco;
- ✓ Anexo V – Matriz de Risco.

Sarandi, 12 de junho de 2026.

---

PATRÍCIA DAIANE MORAES DE SOUZA  
Secretária de Administração  
Decreto nº 1086/2026



# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

### OBJETO

---

*Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR.*

---



## SUMÁRIO

1	CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	2
2	FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	6
3	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	6
4	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	6
5	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	7
6	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .....	10
7	CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	13
8	FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	15
9	ASPECTOS CONTRATUAIS.....	19
10	ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	29
11	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	30
12	DISPOSIÇÕES FINAIS .....	30



## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### OBJETO

1.1 *Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

LOTE						
ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
1	79036	Serviços Funerários Natimortos e Recém-nascidos com fornecimento de urna Infantil	20	Unidade	R\$ 818,72	R\$ 16.374,40
2	79038	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil	40	Unidade	R\$ 985,88	R\$ 39.435,20
3	79039	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto	100	Unidade	R\$ 1.811,82	R\$ 181.182,00
4	79040	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto tamanho grande	15	Unidade	R\$ 1.928,14	R\$ 28.922,10
5	79041	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto tamanho Extragrande	12	Unidade	R\$ 2.455,23	R\$ 29.462,76
6	79042	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil com protocolo sanitário.	5	Unidade	R\$ 628,46	R\$ 3.142,30
7	79043	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto com protocolo sanitário	5	Unidade	R\$ 1.562,86	R\$ 7.814,30
8	79044	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto (G) com protocolo sanitário	3	Unidade	R\$ 2.200,00	R\$ 6.600,00
9	79045	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto (EXG) com protocolo sanitário	3	Unidade	R\$ 2.344,67	R\$ 7.034,01
10	79046	Serviços Funerários para Membros Amputados	10	Unidade	R\$ 451,00	R\$ 4.510,00
11	79047	Serviços de Translado fora do Município	2500	Quilômetros	R\$ 3,86	R\$ 9.650,00
<b>TOTAL DO LOTE R\$ 334.127,07</b>						

Tabela 1

1.1.1 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no [compras.gov.br](http://compras.gov.br), prevalecerão sempre deste termo.





1.2 O objeto deste certame não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 620/2021 e são caracterizados comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

CÓD.	ITEM	ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
1	79036	<p><b>Serviços Funerários Natimortos e Recém-nascidos com fornecimento de urna tamanho Infantil, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) urna mortuária simples para criança com medida interna até 60cm, com no mínimo 04 (quatro) alças duras, cor branca, com forro interno;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais (cores suaves) interna da urna, jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon (cores suaves);</li> <li>• Higienização, tamponamento e preparação do corpo;</li> <li>• Serviço de traslado no perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
2	79038	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna tamanho Infantil, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) urna mortuária simples para criança com medidas internas de 0,60m até 1,40m, com 04(quatro) alças duras, cor branca, com forro interno;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna (cores suaves), jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon (cores suaves);</li> <li>• Tanatopraxia;</li> <li>• Serviços de Traslado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
3	79039	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) urna mortuária adulto simples, com medidas interna a partir de 1,40m, até 1,90 x 0,72 x 0,51 (Comprimento x Largura x Altura, com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04 (quatro) velas, véu de nylon;</li> <li>• Tanatopraxia;</li> <li>• Serviços de Traslado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
4	79040	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho grande, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) urna mortuária adulto tamanho grande simples, com medidas a internas a partir de 1,90 m, com no mínimo 1,90 x 0,72 x 0,51 (Comprimento x Largura x Altura), com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04(quatro) velas, véu de</li> </ul>





		<p>nylon;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tanatopraxia;</li> <li>• Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
5	79041	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho extragrande, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho extragrande, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</li> <li>• 01 (uma) urna mortuária adulto tamanho extragrande, reforçado para atender a capacidade de peso, com medidas internas a partir de 2,20m, com no mínimo 2,20 x 0,72 x 0,51m (Comprimento x Largura x Altura), com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon;</li> <li>• Tanatopraxia;</li> <li>• Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
6	79042	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico (Casos confirmados ou suspeitos de doenças infectocontagiosas de elevada transmissibilidade, bem como outras enfermidades causadas por agentes infecciosos reconhecidas como de caráter epidêmico ou pandêmico), compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 (uma) urna mortuária simples para criança com medidas de até 1,40m, com 04 (quatro) alças duras, cor branca, com forro interno;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna (cores suaves), jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon (cores suaves);</li> <li>• O Serviço deverá ser realizado conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>• O Serviço não conterá Tanatopraxia, conforme recomendação do Ministério da Saúde</li> <li>• Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
7	79043	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico (Casos confirmados ou suspeitos de doenças infectocontagiosas de elevada transmissibilidade, bem como outras enfermidades causadas por agentes infecciosos reconhecidas como de caráter epidêmico ou pandêmico), compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01 (uma) urna mortuária adulto simples, com medidas interna a partir de 1,40m, até 1,90 x 0,72 x 0,51 (Comprimento x Largura x Altura, com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro;</li> <li>• Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04(quatro), véu de nylon;</li> <li>• O Serviço deverá ser realizado conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>• O Serviço <b>não conterá Tanatopraxia</b>, conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>• Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul>



		<b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.
8	79044	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho Grande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico (Casos confirmados ou suspeitos de doenças infectocontagiosas de elevada transmissibilidade, bem como outras enfermidades causadas por agentes infecciosos reconhecidas como de caráter epidêmico ou pandêmico), compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 (uma) urna mortuária simples para adulto, com medidas a partir de 1,90m, com no mínimo 1,90 x 0,72 x 0,50 (comprimento x largura x altura), com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro interno;</li> <li>Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon;</li> <li>O Serviço deverá ser realizado conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>O Serviço <b>não conterà Tanatopraxia</b>, conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
9	79045	<p><b>Serviços Funerários com fornecimento de urna tamanho Adulto, tamanho extragrande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico (Casos confirmados ou suspeitos de doenças infectocontagiosas de elevada transmissibilidade, bem como outras enfermidades causadas por agentes infecciosos reconhecidas como de caráter epidêmico ou pandêmico), compreendendo ao fornecimento de no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 (uma) urna mortuária simples para adulto, tamanho extragrande, com medidas a partir de 2,20m, com no mínimo 2,20 x 0,72 x 0,51 (comprimento x largura x altura), com 06 (seis) alças duras, em verniz, com forro interno;</li> <li>Ornamentação com flores naturais interna da urna, jogo de 04(quatro) velas, véu de nylon;</li> <li>O Serviço deverá ser realizado conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>O Serviço <b>não conterà Tanatopraxia</b>, conforme recomendação do Ministério da Saúde;</li> <li>Serviços de Translado para perímetro urbano.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
10	79046	<p><b>Serviços Funerários para Membros Amputados, compreendendo a no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1 (uma) urna mortuária que atenda as dimensões do membro amputado;</li> <li>Serviços de Translado para perímetro urbano, com translado até o local indicado para a retirada do membro até o local do sepultamento.</li> </ul> <p><b>Observação:</b> Para eventos desta natureza com ocorrências no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município.</p>
11	79047	<p><b>Serviços de Translado fora do Município, compreendendo a no mínimo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de translado em caso de falecimento ocorrido fora do Município de Sarandi/PR, desde que o deslocamento não ultrapasse à distância de 100 km.</li> </ul> <p>*Caso essa quilometragem seja ultrapassada, a família se responsabilizará pelo custeio da distância</p>

Tabela 2







## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual – PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços funerários assegura estrutura adequada para atendimento integral, garantindo eficiência, respeito e observância de todas as etapas necessárias. A prestação do serviço atende às políticas públicas de assistência social e às diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na legislação pertinente aos Benefícios Eventuais.

3.2 Embora o Município ainda não disponha do Plano de Contratações Anual (PCA), há rubrica orçamentária específica prevista no Plano Plurianual (PPA) de 2026, com recursos destinados ao custeio dos Benefícios Eventuais, conferindo respaldo à contratação pretendida.

3.3 A adoção da modalidade de pregão eletrônico possibilita ampla competitividade, maior transparência e padronização na contratação, além de conferir celeridade ao processo, aspecto indispensável diante da natureza imediata dos serviços funerários.

3.4 O levantamento de mercado observou as disposições da Lei Municipal nº 2.908/2023, especialmente a Seção V, Art. 53, contemplando despesas com urna fúnebre e traslado para busca do corpo em até 100 km, quando o falecido for residente em Sarandi, assegurando condições compatíveis com o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal de 1988.

3.5 Dessa forma, a contratação de empresa especializada reforça o compromisso do Município com a dignidade dos falecidos e de seus familiares, bem como com a equidade e a inclusão social, garantindo a prestação de um serviço essencial à população.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE**

4.1 A empresa contratada deverá apresentar todas as certidões negativas e as declarações exigidas, pela Lei Federal n.º 14.133/2021 de acordo com a modalidade de licitação que será utilizada.





4.2 A empresa deve estar em conformidade com todas as normas sanitárias, e de saúde pública aplicáveis aos serviços funerários.

*Justificativa: A importância da conformidade com a legislação se dá com vistas a garantir que os serviços funerários sejam realizados de forma digna e respeitosa, sendo que o cumprimento das leis ambientais é crucial para a preservação do meio ambiente, além de assegurar direitos e transparência para os cidadãos.*

4.3 Cumprir com as exigências dos Órgãos Reguladores e Vigilância Sanitária, incluindo no que se refere às salas de Tanatopraxia e veículo utilizado para traslado.

4.4 A empresa deverá observar as normas dispostas no Decreto Municipal 806/2022 que regula o Regimento do Cemitério Municipal.

4.5 A empresa deve possuir todas as certificações e licenças necessárias para operar legalmente como prestadora de serviços funerários.

4.6 Manter um plantão permanente com equipe pronta para responder a chamados em qualquer horário.

4.7 A empresa deve estar disponível para atender 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo atendimento imediato em casos de emergência, inclusive em feriados.

## 5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O início da execução do objeto ocorrerá imediatamente, após a ordem de serviço, e envio da nota de empenho, que será encaminhada por meio eletrônico ao endereço informado pela contratada.

5.1.2 A solicitação dos serviços ocorrerá de forma fracionada de acordo com a demanda da Secretaria.

5.1.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequências e periodicidade de execução do trabalho:

I. O início dos serviços funerários ocorrerá imediatamente logo após a comunicação do óbito, no prazo máximo de 2 (duas) horas;

II. Considerando a natureza do serviço, a comunicação entre Contratada e Contratante, poderá ser feita via telefone e/ou whatsapp, desde que haja identificação prévia;





III. Caso o falecimento ocorra durante o final de semana, feriado, ou fora dos horários de atendimento dos CRAS, a família poderá entrar em contato direto com a Contratada. Nestes casos, a Contratada ficará responsável em comunicar a Equipe Técnica de plantão dos CRAS, pelos telefones: (44) 3126-9620 / (44) 3126-9622 (CRAS Independência) e (44) 3126-9618 (CRAS Esperança), ou outro que venha a ser indicado, para confirmação de Parecer Social favorável;

IV. A Contratada nestes casos, ficará responsável por informar a família, nos casos de Parecer Social Negativo, pois nestes casos as despesas ficarão a cargo da família. Nestes casos, fica a cargo da Contratada, tomar as medidas comerciais cabíveis para garantir essa cobertura;

V. Para falecimento ocorrido no Município de Sarandi-PR, não será considerada a quilometragem rodada entre a empresa que prestará os serviços e o município;

VI. Para casos de falecimentos ocorridos fora do Município de Sarandi/PR, a Contratada será responsável por informar sobre o custeio da quilometragem excedente, que ficará a cargo da família, caso o deslocamento ultrapasse a distância de 100 km, em conformidade com a Lei Ordinária Municipal n.º 2908/2023, seção V, art. 53.

*Art. 53 O auxílio funeral constituirá o custeio das despesas com a urna fúnebre e traslado de busca do corpo até 100km de distância, no caso de o falecido residir em Sarandi.*

VII. Para fins de apuração, contabilização e custeio do traslado no âmbito do benefício eventual auxílio-funeral, previsto no art. 53 da Lei Ordinária Municipal nº 2.908/2023, será considerado, única e exclusivamente, o percurso direto do traslado do de cujus desde o local do óbito até o Município de Sarandi/PR.

VIII. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a inclusão, a soma ou a compensação de quaisquer outros deslocamentos, trajetos, percursos ou quilometragens, independentemente de sua natureza, finalidade ou justificativa, incluindo, expressamente, o deslocamento do veículo funerário até o local de recolhimento do corpo, deslocamentos entre municípios diversos, retornos, desvios de rota, paradas intermediárias ou a realização de serviços acessórios, ainda que vinculados direta ou indiretamente à execução do serviço funerário.

IX. Qualquer cobrança, medição ou registro em desacordo com o disposto nesta cláusula será considerado indevido, será considerado irregular, passível de desconsideração na medição e no faturamento, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.





## LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.2 O local onde serão realizados os serviços será definido e informado pela família beneficiária do auxílio junto à empresa, devendo ser dentro dos limites do município, sem custos para a Contratante.

5.2.1 Os serviços serão executados em horários e dias indeterminados, incluindo finais de semana e feriados, por não ser possível prever a incidência da necessidade de execução.

## ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.3 A Contratada deverá dispor de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana.

5.4 A conclusão dos serviços se dará dentro dos prazos convencionais tendo com finalização o local do sepultamento, ressalvados os casos em que a Contratada, de comum acordo com a Contratante estabeleça prazo diverso, em razão das peculiaridades do local ou do serviço, que dificultem a conclusão nos prazos normais.

5.5 A Contratada ficará responsável pelo transporte, preparação, auxílio, insumos, mão-de-obra e equipamentos necessários para a prestação do serviço, desde a comunicação do falecimento até seu sepultamento.

5.6 As taxas, pedágios, suprimentos, alimentação do motorista, combustível e todo e qualquer valor decorrente do transporte pelo traslado, ficará a cargo da contratada.

5.7 A Contratada deverá obedecer às regras quanto ao traslado de corpo e as legislações locais e a documentação necessária e como realizar o procedimento de transferência do corpo.

5.8 Os serviços devem estar em conformidade com as especificações deste instrumento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos na qualidade e quantidade mínimas especificadas no termo de referência.

5.9 É responsabilidade da contratada assegurar que seus funcionários cumpram as normas exigidas para o bom desempenho do trabalho, tratando os familiares com cordialidade e evitando qualquer tipo de transtorno.

5.10 A Contratada é responsável por todas as informações a que tiver acesso durante a execução do contrato, sendo vedado o uso dessas informações para quaisquer outros fins, ficando qualquer divulgação, permissão de divulgação ou acesso indevido a informações pessoais contidas na Declaração de Óbito, Certidão de Óbito ou nas Fichas de Investigação de Óbito Domiciliar ou Ambulatorial implicará em responsabilidade da Contratada.





## **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.11 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, insumos, veículos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **GARANTIA DO OBJETO**

5.12 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O ARP deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

## **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **FISCALIZAÇÃO**

6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.13 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.14 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **GESTOR DO CONTRATO**

6.16 Cabe ao gestor do contrato:





I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.17 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.18 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados abaixo ou na Portarias nº 1634/2026, ou aquela que vier a substituir.

<b>Gestor:</b>	Brasílio Takeshi Mitsuda – Matrícula nº 6059
<b>Fiscal:</b>	Daniela Marques da Silva Daneis - Matrícula nº 10157





## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### RECEBIMENTO

7.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato do serviço, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 1 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### LIQUIDAÇÃO

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-







line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.8.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **PRAZO DE PAGAMENTO**

7.10 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.11 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.





## FORMA DE PAGAMENTO

7.12 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com adjudicação por lote.

**Justificativa:** As justificativas estão detalhadas no Estudo Técnico Preliminar - Item 8 "Do Parcelamento da Solução".

### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.2 Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do Decreto nº 2140/2024 – SRP.

**Justificativa:** A adoção de Regime de Registro de Preços se dá pela necessidade de contratação frequente do objeto para atender os serviços funerários, além de ser conveniente a contratação dos serviços de forma parcelada, por não ser possível prever a ocorrência de eventos nos casos de morte nem tampouco seus quantitativos. A solicitação fracionada, se torna viável e econômica, pois os valores são pagos conforme o trabalho realizado.





## LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.3 Esta licitação será para ampla concorrência. Não será dado o tratamento diferenciado para ME/EPP, nos termos do art. 47 e 48, a observância do art. 49 da LC Federal 123/06.

**Justificativa:** *Há algumas limitações que justificam a não utilização exclusiva dessa lei para licitações de serviços funerários como: limitações de valor e prejuízo do conjunto, considerando que o valor ultrapassa os limites previstos na lei e o não parcelamento da solução. Também não seria viável a divisibilidade por cotas, pelos motivos apresentados no ETP, desta forma não se tornaria vantajoso para a administração pública por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devendo ocorrer por ampla participação.*

8.4 Exigências de habilitação

### Habilitação jurídica

8.5 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- II. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- III. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- IV. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- V. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





VI. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.5.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

8.6 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

a) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de





declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.7 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

*Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A qualificação econômico-financeira visa avaliar a capacidade do licitante de cumprir com os compromissos assumidos na execução do contrato, baseando-se em dados e informações que refletem a natureza e especificidade do objeto a ser contratado. A certidão negativa de insolvência civil e a certidão negativa de falência é crucial para garantir a idoneidade financeira dos licitantes. A certidão negativa de insolvência civil assegura que a pessoa física não possui dívidas superiores ao valor de seus bens, demonstrando sua capacidade de honrar compromissos financeiros. Já a certidão negativa de falência confirma que a empresa não está em processo de falência, garantindo sua estabilidade financeira e capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Juntas, essas certidões proporcionam uma visão clara da saúde financeira do licitante, reduzindo os riscos e promovendo a confiança no processo licitatório.*

### **Qualificação Técnica**

8.8 Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

### **Qualificação técnico-operacional**

- II. Comprovação de aptidão para execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- a) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



**i. Execução de 20% do Item 003 - Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, do LOTE 01, deste instrumento;**

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

III. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

IV. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

V. Licença Sanitária em nome da adjudicatária, expedido pelo órgão competente, em plena vigência.

*Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A obtenção da licença sanitária para serviços funerários fundamenta-se na necessidade de cumprimento das normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Ministério da Saúde, conforme a RDC 222/2018, que regulam o manejo seguro de cadáveres. Além disso, o translado e fornecimento de urnas funerárias devem observar as disposições da RDC 33/2021, ainda no contexto licitatório, a Lei Federal nº 14.133/2021 o Art. 67 trata da qualificação técnica, assegurando que o licitante tenha experiência comprovada e estrutura operacional suficiente para a execução dos serviços funerários. Já o Art. 62 reforça a necessidade da apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica para o cumprimento adequado do contrato.*

## **9 ASPECTOS CONTRATUAIS**

### **VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.2 Neste processo, poderá ocorrer contrato oriundo de ARP.

### **REAJUSTE**

9.3 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 83 a 85 do processo), em 30/04/2026 (DD/MM/AAAA).





9.3.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.3.2 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços, anexo do Edital.

## **SUBCONTRATAÇÃO**

9.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

9.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.6 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- VI. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e cumprimento das obrigações deste instrumento;
- VII. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando





houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

VIII. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

IX. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

X. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- a) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- b) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- c) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- d) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- e) demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- f) prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

XI. Cientificar a Secretaria Municipal de Assistência Social para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

XII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

XIII. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

XIV. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por







qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.8 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;





- VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- XV. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- XVI. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- XVII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;





- XVIII. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- XIX. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- XX. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- XXI. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- XXII. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- XXIII. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- XXIV. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XXV. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- XXVI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- XXVII. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- XXVIII. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- XXIX. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;





XXX. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

XXXI. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

XXXII. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.9 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

### *Sanções aplicáveis*

9.10 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.11 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

### *Graduação das multas*

9.12 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:

Grau de severidade	Aplicação
L1 – Leve	Advertência formal;
M1 – Moderado	Multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;
M2 – Moderado	Multa de 1% (um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou





	fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
<b>M3 – Moderado</b>	Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.
<b>G1 – Grave</b>	Multa de 4% (quatro por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e
<b>G2 – Gravíssimo</b>	Rescisão contratual cumulada com multa de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

Tabela 3

9.13 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

Nº	Conduta	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
1	Atraso injustificado do início da execução	L1	M1	M2	M3	G1	G2
2	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do Contrato.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
3	Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência dentro dos prazos estipulados.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
4	Deixar de manter a documentação de habilitação ou cadastro no SICAF atualizados ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária).	L1	M1	M2	M3	G1	G2
5	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato e/ou atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
6	Erro formal na nota fiscal ou documentação	L1	M1	M2	M3	G1	G2
7	Não apresentação de documentação complementar solicitada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
8	Não responder a contatos e/ou solicitações da Equipe de Fiscalização no prazo estabelecido.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
9	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
10	Quando o preposto de forma injustificada não se apresentar em reunião pré-agendada	L1	M1	M2	M3	G1	G2
11	Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
12	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.	L1	M1	M2	M3	G1	G2
13	Descumprir determinação formal da fiscalização	M1	M2	M3	G1	G2	–



14	Perder as condições de habilitação durante a execução	M1	M2	M3	G1	G2	–
15	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	M1	M2	M3	G1	G2	–
16	O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	M1	M2	M3	G1	G2	
17	Ausência de garantia contratual, quando exigida	M2	M3	G1	G2	–	–
18	Tentativa de renegociação indevida após homologação	M2	M3	G1	G2	–	–
19	Abandono contratual	G2	–	–	–	–	–
20	Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado	G2	–	–	–	–	–
21	Envio de documentação falsa ou adulterada	G2	–	–	–	–	–
22	Fraude, conluio ou má-fé na execução	G2	–	–	–	–	–
23	A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.	G2	–	–	–	–	–
24	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.	G2	–	–	–	–	–
25	Desistir da prorrogação contratual após sua expressa manifestação de interesse na prorrogação.	G2	–	–	–	–	–

Tabela 4

9.14 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.15 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.16 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.17 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.18 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.





9.19 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.20 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.21 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.22 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.23 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

- I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.

9.24 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.25 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.28 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.29 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.30 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):







- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.31 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.32 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.33 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 334.127,07 (trezentos e trinta e quatro mil, cento e vinte e sete reais e sete centavos).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 83 a 85.







## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

08.001.08.244.0013.2.146.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.





# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## 1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica, para atender à necessidade das pessoas em situações de vulnerabilidade em casos de morte, assistindo com serviços funerários, a oferta faz parte dos benefícios eventuais destinados às famílias em vulnerabilidade social já atendidas pela rede SUAS. Esses benefícios são distribuídos após uma análise técnica realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o que é essencial para garantir a correta distribuição, sendo previstos na Lei Municipal Ordinária nº 2.908/2023, em seu art. 52:

*Art. 52. O auxílio-funeral constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade e riscos provocados por morte de membro da família.*

Essa oferta é regulamentada pelos critérios estabelecidos pelo mesmo título legal. E pela Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB-SUAS) e pelo Decreto Federal nº 6.307/2007 (que Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

O Benefício Eventual, em casos de morte, está previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei Federal n.º 8742/93, alterada pela Lei Federal nº 12.435/2011, e no seu Art. 22 estabelece:

*Art. 22 “Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.*

Atualmente, o benefício tem sido ofertado por meio da prestação de serviços funerários, para atender necessidade das famílias em situação de vulnerabilidade social,



## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

que atendam aos requisitos definidos na legislação vigente. Essa iniciativa, vinculada à Secretaria de Assistência Social, visa garantir o adequado atendimento aos programas sociais, por meio de Auxílio-Funeral, o qual está previsto na Lei Municipal n.º 2908/2023, Seção III, Art. 45, item II, no qual dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Sarandi-PR.

A oferta de serviços funerários segue diretrizes de qualidade nos serviços prestados aos usuários, com uma abordagem acolhedora, resolutiva e humanizada. A equipe técnica utiliza recursos humanos e técnicos para oferecer serviços adequados e com capacidade operacional. Fornecer esses serviços é fundamental para assegurar o atendimento adequado às famílias em situação de vulnerabilidade em nosso município e garantir seus direitos.

Os serviços funerários devem ser considerados um direito fundamental de cada cidadão, e esse direito básico deve ser garantido pelo Estado ou Município, juntamente com a sociedade civil, destacando a responsabilidade do Poder Público em garantir seus direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 6º, dispõe sobre estes direitos sociais entre eles os desamparados:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

Estes serviços destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza o indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Diante do exposto, considerando o iminente término da vigência contratual atual, devido ao esgotamento do saldo estipulado para o benefício anteriormente estipulado, é necessário iniciar o estudo para viabilização do fornecimento, visando garantir a



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

continuidade das atividades e ações já desenvolvidas pelos serviços desta secretaria, sem interrupção do benefício ofertado.

### Área requisitante e responsável:

Área	Secretaria Municipal de Assistência Social – Proteção Social Básica
Responsável	Daniela Marques da Silva Daneis
Matrícula	10157
Telefone	(44)3288-5400
E-mail	psb@sarandi.pr.gov.br

## 2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A Prefeitura Municipal de Sarandi não possui Plano de Contratações Anual (PCA), porém a contratação está prevista no **Plano Plurianual (PPA)** e na **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, em conformidade com a Lei 14133/21, alinhada às diretrizes da **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**, da **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e da **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Por sua vez está previsto na lei

## 3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos para participação:

- O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que são dotados de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- A empresa contratada deverá apresentar todas as certidões negativas e as declarações exigidas, pela Lei Federal n.º 14.133/2021 de acordo com a modalidade de licitação que será utilizada.



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

- c) A empresa deve estar em conformidade com todas as normas sanitárias, e de saúde pública aplicáveis aos serviços funerários.

**Justificativa:** A importância da conformidade com a legislação se dá com vistas a garantir que os serviços funerários sejam realizados de forma digna e respeitosa, sendo o cumprimento das leis ambientais crucial para a preservação do meio ambiente, além de assegurar direitos e transparência para os cidadãos.

- d) Cumprir com as exigências dos Órgãos Reguladores e Vigilância Sanitária, incluindo no que se refere às salas de Tanatopraxia e veículo utilizado para traslado.
- e) A empresa deverá observar as normas dispostas no Decreto Municipal 806/2022 que regula o Regimento do Cemitério Municipal.
- f) A empresa deve possuir todas as certificações e licenças necessárias para operar legalmente como prestadora de serviços funerários.
- g) Manter um plantão permanente com equipe pronta para responder a chamados em qualquer horário.
- h) A empresa deve estar disponível para atender 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo atendimento imediato em casos de emergência.
- i) Garantir que os veículos utilizados para o transporte funerário sejam apropriados, limpos e bem conservados.
- j) Assegurar que as instalações onde os corpos são preparados estejam em conformidade com os padrões de higiene e segurança.
- k) A contratada deverá detalhar quanto aos serviços prestados, incluindo datas, horários, e descrições das atividades realizadas.

## 4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Justificativa
------	-----------	--------	-------	---------------





## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

01	Serviços Funerários Natimortos e Recém Nascidos com fornecimento de urna Infantil	20	Unidad e	Os quantitativos foram solicitados com base na demanda pelos serviços, visando atender às necessidades identificadas nos CRAS
02	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil	40	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, complementados pelas informações fornecidas pelos CRAS em relação à <b>demanda atual pelo uso do benefício</b> . Além disso, foi incluída uma margem de segurança para garantir que possíveis variações e eventualidades, como emergências ou aumento inesperado na demanda, sejam adequadamente atendidas.
03	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto	100	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos <b>valores licitados nos últimos três anos</b> , complementados pelas informações fornecidas pelos CRAS. Adicionalmente, foi observado um <b>aumento significativo nas demandas</b> de atendimento nos equipamentos da rede, o que exigiu a inclusão de uma margem de segurança maior para garantir que possíveis variações, eventualidades e emergências sejam adequadamente atendidas
04	Serviços funerários com fornecimento de urna funerária adulta, tamanho grande, destinada ao atendimento de pessoas com estatura elevada, confeccionada em material resistente e adequado ao uso funerário, garantindo dignidade, segurança e conformidade com as normas sanitárias vigentes.	15	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos <b>valores licitados nos últimos três anos</b> , complementados pelas informações fornecidas pelos CRAS. Adicionalmente, foi observado um <b>aumento significativo nas demandas</b> , o que exigiu a inclusão de uma margem de segurança maior para garantir que possíveis variações, eventualidades e emergências sejam adequadamente atendidas
05	Prestação de serviços funerários com fornecimento de urna funerária adulta, tamanho extragrande, especialmente destinada ao atendimento de pessoas obesas ou superobesas, confeccionada em material de alta resistência estrutural, adequada ao uso funerário e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.	12	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados <b>nos últimos três anos</b> , complementados pelas informações fornecidas pelos CRAS. Além disso, foi incluída uma margem de segurança para garantir que possíveis variações e eventualidades, como emergências ou aumento inesperado na demanda, sejam adequadamente atendidos.



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

06	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico	5	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, incluída uma margem de segurança para atender a possíveis variações e eventualidades, como o surgimento de doenças pandêmicas. A necessidade se apresenta como uma adoção de medidas estratégicas preventivas sendo essencial para garantir a prontidão e minimizar situações de pânico em possíveis emergências. Assim, busca-se assegurar uma resposta eficaz e ágil diante de imprevistos
07	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico	5	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, incluída uma margem de segurança para atender a possíveis variações e eventualidades, como o surgimento de doenças pandêmicas. A necessidade se apresenta como uma adoção de medidas estratégicas preventivas sendo essencial para garantir a prontidão e minimizar situações de pânico em possíveis emergências. Assim, busca-se assegurar uma resposta eficaz e ágil diante de imprevistos
08	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho Grande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico	3	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, incluída uma margem de segurança para atender a possíveis variações e eventualidades, como o surgimento de doenças pandêmicas. A necessidade se apresenta como uma adoção de medidas estratégicas preventivas sendo essencial para garantir a prontidão e minimizar situações de pânico em possíveis emergências. Assim, busca-se assegurar uma resposta eficaz e ágil diante de imprevistos
09	Serviços Funerários com fornecimento de urna tamanho Adulto, tamanho Extragrande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico	3	Unidad e	Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, incluída uma margem de segurança para atender a possíveis variações e eventualidades, como o surgimento de doenças pandêmicas. A necessidade se apresenta como uma adoção de medidas estratégicas preventivas sendo essencial para garantir a prontidão e minimizar situações de pânico em possíveis emergências. Assim, busca-se assegurar uma resposta eficaz e ágil diante de imprevistos
10	Serviços Funerários para Membros Amputados	10	Unidad e	Os quantitativos destinados foram definidos com base nos valores <b>licitados nos últimos</b>



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

**três anos**, além das informações fornecidas pelos CRAS. Diante disso, foi incluída uma margem de segurança maior para garantir a continuidade do serviço, atendendo às necessidades atuais e prevenindo possíveis imprevistos

Serviços de Translado fora do Município

11

2500 Km

Os quantitativos foram definidos com base nos valores licitados nos últimos três anos, incluída uma margem de segurança para atender a possíveis variações e eventualidades, como o surgimento de doenças pandêmicas. A necessidade se apresenta como uma adoção de medidas estratégicas preventivas sendo essencial para garantir a prontidão e minimizar situações de pânico em possíveis emergências. Assim, busca-se assegurar uma resposta eficaz e ágil diante de imprevistos

Para o presente processo foi aferido os seguintes critérios para a composição de quantitativo: as identificadas, por análises e levantamentos das licitações com a utilização dos dados obtidos pelo Sistema de Informação utilizado pelo Município, considerando o saldo solicitado e o efetivamente executado com comparativo dos anos de 2021 à 2024 e os apontamentos realizados pelos técnicos dos CRAS, considerando as demandas do ano de 2024 e 2025, bem como a ausência de saldo ou itens necessários para a execução de demandas do dia a dia.

Essa estimativa visa atender à demanda por serviços funerários, aplicando uma margem de segurança aos quantitativos solicitados. Tal margem é essencial, considerando a complexidade do dimensionamento desses serviços, dada as adversidades e fatos imprevisíveis envolvidos nos óbitos (são eles motivos de força maior, calamidades públicas, catástrofes, situações epidemiológicas, dentre outras que geralmente impactam preferencialmente a população de maior vulnerabilidade social no município).

Além disso, a contratação considerou casos específicos, como natimortos e pessoas com membros amputados, tomando como base a procura registrada no ano anterior por indivíduos em situação de vulnerabilidade. O objetivo é **garantir direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana**, sendo responsabilidade do





## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

município promover o bem-estar social, assegurar a proteção e a inclusão dos cidadãos e reduzir desigualdades, contribuindo para a equidade.

Ressalta-se a necessidade de previsão de maior quantitativo dos itens no presente Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista a demanda superior à estimada anteriormente, conforme evidenciado no Pregão nº 33/2025, homologado em 12 de agosto de 2025, o qual já encontra a maioria dos itens sem saldo. Tal cenário demonstra que o consumo efetivo dos itens ocorreu em volume significativamente maior que o inicialmente previsto, tornando imprescindível a ampliação das quantidades ora propostas, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, evitar desabastecimento e garantir o adequado atendimento às necessidades da Administração Pública.

A aquisição de urnas funerárias de tamanho extragrande justifica-se pela necessidade de atender, de forma adequada e digna, situações específicas em que as dimensões corporais do falecido não são compatíveis com os modelos padrão disponíveis. **Tal demanda vem sendo intensificada pelo crescente nível de obesidade da população brasileira, bem como pelo aumento gradual da estatura e do porte físico médio das pessoas**, fatores que impactam diretamente na adequação das urnas convencionais e podem inviabilizar a realização imediata do sepultamento<sup>1</sup>.

A inexistência desse tipo de urna pode ocasionar atrasos, constrangimentos às famílias e improvisações inadequadas, comprometendo a eficiência e a continuidade do serviço público. Assim, a disponibilidade de urnas funerárias extragrandes assegura o cumprimento dos princípios da dignidade da pessoa humana, da eficiência administrativa e da universalidade do atendimento, garantindo que o Município esteja preparado para demandas excepcionais e imprevisíveis, com observância das condições técnicas e sanitárias adequadas.

Por outro lado, a contratação de serviços e equipamentos sob protocolo sanitário especial, aplicáveis a óbitos decorrentes de doenças infectocontagiosas com

<sup>1</sup> Conforme: CNN BRASIL. Obesidade cresce 118% no Brasil, segundo Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/obesidade-cresce-118-no-brasil-segundo-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 24 mar. 2026.



potencial de disseminação coletiva, justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada execução de gênero, que demandam procedimentos diferenciados em relação aos sepultamentos convencionais. **Nessas situações, tornam-se indispensáveis medidas excepcionais de biossegurança, incluindo acondicionamento específico do corpo, restrição de manuseio e observância rigorosa das normas sanitárias vigentes, com vistas à proteção da saúde pública e dos profissionais envolvidos.**

A **inexistência de contratação específica para esse tipo de serviço pode comprometer a correta aplicação dos protocolos sanitários e expor a coletividade a riscos epidemiológicos relevantes**, além de dificultar a resposta imediata do Município em situações excepcionais. Assim, a contratação de empresa especializada mostra-se essencial para garantir a continuidade do serviço público, o cumprimento das diretrizes dos órgãos sanitários competentes e a preservação da dignidade humana na destinação final dos corpos.

## **5 LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Em pesquisas realizadas em outros órgãos, no portal do TCE-PR, foram verificadas as seguintes opções no mercado:

<b>Nº</b>	<b>SOLUÇÃO</b>
<b>1</b>	Aquisição de Urnas
<b>2</b>	Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Funerários

A contratação de uma “Empresa Especializada em Prestação de Serviços Funerários” (Solução 2) demonstra ser a mais eficiente e abrangente para atender às demandas do município, garantindo um serviço completo, ágil e alinhado às políticas públicas de assistência social. Ao optar por essa abordagem, a administração assegura que todas as etapas envolvidas em um funeral sejam conduzidas com profissionalismo, respeito e eficiência, eliminando a necessidade de múltiplos processos administrativos para a aquisição de componentes isolados.



Comparando com a outra alternativa, como a aquisição de urnas (Solução 1), atende apenas a uma parte da necessidade do serviço funerário. Embora essencial, essa aquisição não contempla outros elementos fundamentais, como preparação e traslado, demandando processos complementares para a plena execução do serviço. A gestão isolada desses serviços poderia gerar dificuldades operacionais, pois depende da compatibilidade com outros processos, como a entrega das urnas e a preparação do corpo. Além disso, variações nos custos e na logística, poderiam comprometer o planejamento eficiente.

Ao reunir todos os serviços necessários em uma única contratação como na (Solução 2), assegura eficiência e segurança administrativa, garantindo um serviço digno e adequado às necessidades das famílias em vulnerabilidade. A gestão centralizada reduz custos, evitando processos múltiplos, com isto reduz os gastos operacionais, o formato integrado evita a fragmentação da gestão, reduz custos administrativos e melhora a qualidade do serviço prestado à população.

## **6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Os itens previstos neste Estudo Técnico Preliminar serão detalhados, posteriormente, submetidos a processo de cotação de preços. Com base nas cotações, será elaborado o mapa de pesquisa de preços e mercado, que servirá para definir o valor estimado da contratação.

Os recursos destinados à contratação pretensa são provenientes do município, sendo direcionados ao atendimento dos Benefícios Eventuais.

Para fins de estimativa preliminar de custos, sem qualquer vinculação ou obrigatoriedade em relação ao valor final da futura licitação, apresenta-se o cálculo a seguir, elaborado com base em parâmetros de mercado, contratações similares e/ou dados históricos disponíveis. Ressalta-se que tal estimativa possui caráter meramente referencial, destinando-se exclusivamente a subsidiar o planejamento da contratação, não



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

servindo como limite, piso ou teto para as propostas a serem apresentadas pelos licitantes no certame.

O valor estimado para a presente contratação foi devidamente justificado a partir de levantamento técnico fundamentado em contratações públicas similares, observando-se critérios de atualidade, compatibilidade e confiabilidade das fontes. Para tanto, foram utilizadas como referência licitações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Informações para Todos do TCE-PR, selecionando-se exclusivamente certames homologados a partir do ano de 2025, de modo a garantir a aderência dos valores às condições mais recentes de mercado.

Adicionalmente, foram consideradas contratações anteriores realizadas pelo Município de Sarandi, cujos valores foram devidamente atualizados por meio da Calculadora Agnesi do TJPR, assegurando a correção monetária e a comparabilidade dos dados. Como metodologia, buscou-se identificar, sempre que possível, no mínimo três referências de preços para cada item, desde que houvesse compatibilidade ou similaridade com o objeto pretendido, garantindo maior robustez, razoabilidade e segurança na formação do valor estimado, em conformidade com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

Item 01	Serviços Funerários Natimortos e Recém Nascidos com fornecimento de urna Infantil				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2025		Edital nº 021/2025 - Barão de Antonina-SP (PNCP) - Homologada em 03/11/2025		Edital nº 8698/2025 - São Miguel do Oeste-SC (PNCP) - Homologada em 30/09/2025
Valor do item referência	R\$ 497,00		R\$ 600,00		R\$ 995,00
Média de valor:	R\$ 697,33	Quantidade Solicitada	20	Valor Estimado	<b>R\$ 13.946,66</b>

Item 02	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil			
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em		Edital nº 006/2025 - Bom Jardim/PE (PNCP) - Homologada	Edital nº 27177/2025 - Bituruna-PR (PNCP) - Homologada em



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

	12/08/2025	em 29/12/2025	30/09/2025
Valor do item referência	R\$ 503,00	R\$ 848,89	R\$ 360,52
Média de valor:	R\$ 570,80	Quantidade Solicitada	40
		Valor Estimado	<b>R\$ 22.832,13</b>

Item 03	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2025		Edital 013/2025 Governador Newton Bello/MA (PNCP) - Homologada em 19/03/2025		Edital nº 12/2024 - Clevelândia-PR - Homologada em 27/02/2025
Valor do item referência	R\$ 1.166,00		R\$ 1.290,00		R\$ 1.880,00
Média de valor:	R\$ 1.351,55	Quantidade Solicitada	100	Valor Estimado	<b>R\$135.155,00</b>

Item 04	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho grande, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2026		Edital 24/2025 Coronel Domingos Soares (TCEPR) - Homologada em 22/07/2025		Edital nº 83/2025 - Carambei (TCEPR) - Homologada em 24/10/2025
Valor do item referência	R\$ 1.279,00		R\$ 1.861,08		R\$ 2.607,76
Média de valor:	R\$ 1.915,94	Quantidade Solicitada	15	Valor Estimado	<b>R\$ 28.739,19</b>

Item 05	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho extragrande, compreendendo ao fornecimento de no mínimo:				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2026		Edital nº 83/2025 - Carambei (TCEPR) - Homologada em 24/10/2025		Edital 013/2025 Governador Newton Bello-MA (PNCP) - Homologada em 19/03/2025
Valor do item referência	R\$ 1.144,00		R\$ 2.510,26		R\$ 1.597,80





## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

Média de valor:	R\$ 1.750,68	Quantidade Solicitada	12	Valor Estimado	<b>R\$ 21.008,23</b>
-----------------	--------------	-----------------------	----	----------------	----------------------

Item 06	Serviços Funerários com fornecimento de urna Infantil com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital nº 192025/2025 - Ibaiti-PR (PNCP) - Homologada em 05/11/2025		Edital nº 12/2024 - Clevelândia-PR (TCEPR) - Homologada em 27/02/2025		Edital 37/2023 Sarandi-PR - Homologada em 11/07/2023 (*Valor atualizado)
Valor do item referência	R\$ 1.420,00		R\$ 702,89		R\$ 284,21
Média de valor:	R\$ 802,36	Quantidade Solicitada	5	Valor Estimado	<b>R\$ 4.011,83</b>

Item 07	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital nº 012/2025 - Araçai-MG (PNCP) - Homologada em 20/05/2025		Edital 013/2025 Governador Newton Bello/MA (PNCP) - Homologada em 19/03/2025		Edital nº 192025/2025 - Ibaiti-PR (PNCP) - Homologada em 05/11/2025
Valor do item referência	R\$ 1.936,67		R\$ 1.920,00		R\$ 2.000,00
Média de valor:	R\$ 1952,22	Quantidade Solicitada	5	Valor Estimado	<b>R\$ 9.761,11</b>

Item 08	Serviços Funerários com fornecimento de urna Adulto, tamanho Grande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital nº 192025/2025 - Ibaiti-PR (PNCP) - Homologada em 05/11/2025		Edital 37/2023 Sarandi-PR - Homologada em 11/07/2023 (*Valor atualizado)		Edital 31/2022 Sarandi-PR - Homologada em 31/05/2022 (*Valor atualizado)
Valor do item referência	R\$ 2.554,00		R\$ 1.141,13		R\$ 3.706,82
Média de valor:	R\$ 2.467,31	Quantidade Solicitada	3	Valor Estimado	<b>R\$ 7.401,94</b>



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

Item 09	Serviços Funerários com fornecimento de urna tamanho Adulto, tamanho extragrande com protocolo sanitário especial por risco epidemiológico					
Parâmetros de contratações correlatas		Edital 37/2023 Sarandi-PR - Homologada em 11/07/2023 (*Valor atualizado)		Edital 31/2022 Sarandi-PR - Homologada em 31/05/2022 (*Valor atualizado)		
Valor do item referência		R\$ 1.569,58		R\$ 4.418,72		
Média de valor:	R\$ 2.994,15	Quantidade Solicitada	3		Valor Estimado	R\$ 8.982,45

Item 10	Serviços Funerários para Membros Amputados, compreendendo a no mínimo:					
Parâmetros de contratações correlatas		Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2025		Edital 07.002/2025 Morrinhos/CE - (PNCP) - Homologada em 28/01/2025		
Valor do item referência		R\$ 449,00		R\$ 413,05		
Média de valor:	R\$ 431,02	Quantidade Solicitada		10	Valor Estimado	R\$ 4.310,25

<b>Item 11</b>	<b>Serviços de Translado fora do Município, compreendendo a no mínimo:</b>				
Parâmetros de contratações correlatas	Edital 033/2025 Sarandi-PR - Homologada em 12/08/2025		Edital nº 25/2025 - São Jorge do Oeste (TCEPR) - Homologada em 01/08/2025		Edital nº 27177/2025 - Bituruna-PR (PNCP) - Homologada em 30/09/2025
Valor do item referência	R\$ 1,88		R\$ 1,75		R\$ 1,38
Média de valor:	R\$ 1,67	Quantidade Solicitada	2500	Valor Estimado	<b>R\$ 4.175,00</b>

<b>Valor total estimado:</b>	<b>R\$ 260.323,79</b>
------------------------------	-----------------------



O valor total estimado da presente contratação é de R\$ 260.323,79 (duzentos e sessenta mil, trezentos e vinte e três reais e setenta e nove centavos), conforme apuração realizada a partir dos parâmetros e metodologias adotados neste Estudo Técnico Preliminar

## **7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A escolha de Empresa especializada para a execução dos serviços funerários garante uma estrutura adequada para um atendimento completo, assegurando que todas as etapas sejam realizadas com eficiência e respeito. A execução dos serviços atende às políticas públicas e cumpre integralmente as diretrizes de Assistência Social previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nos Benefícios Eventuais previstos na legislação.

Embora o Município ainda não disponha do Plano de Contratações Anual (PCA, há rubrica orçamentária específica, a qual encontra amparo para a contratação pretendida no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2026, com valores destinados e específicos para atender os Benefícios Eventuais.

A contratação por licitação na modalidade de pregão eletrônico garante ampla participação de concorrentes, fortalecendo a competitividade e possibilitando a obtenção de melhores preços e serviços de maior qualidade. Diferente de outras modalidades licitatórias mais complexas, o pregão proporciona maior agilidade na contratação, característica essencial para serviços funerários que exigem respostas rápidas e atendimento imediato. Além destas vantagens o processo ainda assegura a transparência além de padronização na contratação dos serviços na sua forma integral.

O levantamento de mercado considerou a previsão na Lei Municipal n.º 2908/2023, na Seção V, Art. 53, constituindo-se do custeio desde as despesas com a urna fúnebre, traslado de busca *de cujus* em até 100 km de distância, no caso do falecido residir em Sarandi, bem como proporcionou demais vantagens considerando a dignidade da pessoa humana, princípio fundamental e fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto no Art. 1º, III da Carta Magna de 1988.





Essa base do Estado é um componente que constitui a justificativa deste serviço. O cuidado com os falecidos é uma ação voltada à dignidade deles e de sua família, ora que mesmo sem vida há ainda necessidade de zelo pelo corpo, ação em que se efetiva respeito ao fundamento, garantindo respeito ao princípio constitucional que rege a sociedade. Ao consolidar a contratação por meio de uma empresa especializada, o município reafirma seu compromisso com a equidade e a inclusão social, promovendo um serviço essencial que impacta diretamente o bem-estar da população.

## **8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

Não haverá parcelamento da Solução, sendo essencial que os serviços sejam prestados por uma única empresa, tendo em vista o histórico das Contratações do município, e os serviços contratados para o atendimento a necessidade de auxílio-funeral, os quais têm atendido a demanda de forma satisfatória.

Ressalta-se que o município tem ofertado serviços complementares, que garantem a dignidade da pessoa humana. As contratações realizadas compreendem um conjunto de ações para atender as famílias nas situações de fragilidade. Assim os serviços compreendem desde: **o fornecimento da urna, ornamentação, tanatopraxia e translado para até 100Km.**

A inviabilidade do parcelamento do objeto da licitação se dá pelo fato de que seria impróprio dividir os diversos serviços que envolvam desde o fornecimento das urnas até o translado de um único corpo entre diferentes funerárias. Ou seja, é administrativamente e tecnicamente, desinteressante ou irrealizável para as empresas do segmento e até mesmo doloroso para os familiares do falecido, que teriam que tratar com diferentes funerárias para cada serviço, tanto no fornecimento de urnas até o translado do corpo.

Além disso, na possibilidade de existência de mais de um óbito ocorrido na mesma data para membros da mesma família, seria inadequado para que as mesmas, tivessem que se deslocar para locais distintos. Embora o parcelamento seja a regra, neste



## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

caso, a divisão do objeto, além de ser inviável tecnicamente e administrativamente, podendo causar transtornos, como podendo originar gastos significativos, pois cada licitante vencedor teria que incluir em seus preços o custo com transporte para transferir o corpo ou a urna ao término do serviço que lhe coubesse. Considerando o princípio da eficiência, a aglutinação do objeto tem o intuito de manter uma melhor gestão do futuro contrato, pois, uma vez parcelado, haveria a possibilidade de mais contratos, demandando várias publicações de extratos.

Posto isso, para melhor consecução do interesse público, cuja segregação dos itens é inviável pelos fatos supracitados e por estes serem harmônicos e dependentes entre si, o objeto desta licitação se dará por LOTE ÚNICO.

### **Critério de julgamento da parceria:**

Considerando que a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de julgamento adotado será o menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições de habilitação e requisitos operacionais estabelecidos no edital e em seus anexos.

A proposta vencedora será aquela que apresentar o menor preço global pelo lote único, conforme definido no instrumento convocatório, observada a conformidade com o objeto licitado e o atendimento às exigências técnicas mínimas, garantindo a execução adequada e eficiente dos serviços.

### **Subcontratação:**

- ✓ Não será permitida a subcontratação de serviços.
- ✓ A credenciada será responsável integral pela execução das ações previstas, conforme os termos estabelecidos no instrumento contratual.



## **9 RESULTADOS PRETENDIDOS**

O presente processo visa alcançar os seguintes resultados:

- ✓ Receber os serviços em quantidade e qualidade que atenda às necessidades dos serviços solicitados;
- ✓ Atender a Lei Municipal n.º 2908/2023, dentro dos critérios dos Benefícios Eventuais, ofertando serviços que possam reduzir a vulnerabilidade em casos de morte de familiares atendidos pelas Políticas Públicas de assistência Social do Município de Sarandi;
- ✓ Dar continuidade aos serviços prestados pelo município, aprimorando sua gestão e execução.

## **10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não foram identificadas providências prévias aos ambientes da contratante com a contratação pretendida, isto que os serviços serão executados em ambiente externo.

## **11 CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES**

### **CORRELATAS**

### **E/OU**

Contratações Correlatas: Processos de contratação de empresa para a construção de carneiras destinadas ao Cemitério Municipal de Sarandi-PR.



## **12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

Considerando os possíveis impactos ambientais, a contratada deverá atender, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União, naquilo que lhe for aplicável, atendendo ao conteúdo das páginas 181 à 182 do referido Guia. Além disso deverá obedecer às diretrizes constantes da Lei Federal nº 12.305, de 2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro 2022, na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril 2005 e na RDC 222, de 28 de março de 2018 da ANVISA, considerando as especificidades dos serviços de Tanatopraxia.

Cabe destacar que a RDC nº 222/2018 da ANVISA define quais são os serviços geradores de Resíduos de Serviços de Saúde RSS:

*Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.*

*§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS **todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas** com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; **necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação)**; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.*

Os fornecimentos das urnas, serviços de traslado de restos mortais humanos, deverão atender a Resolução da Diretoria Colegiada - RDG n.º 33 de 08 julho de 2021 a qual dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Traslado de Restos Mortais Humanos (Anvisa - Traslado Restos Mortais Humanos), entre outras exigíveis pelos setores competentes.



## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

A contratada deverá atender às orientações emitidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Ministério da Saúde, referente ao manejo dos cadáveres por serviços funerários. Estas orientações incluem o princípio da precaução no controle de infecção por transmissão, que deve ser adotado no manejo de cadáveres, mesmo após o óbito, conforme disposto na RDC 306/2024, alterada pela RDC 222/2018.

O fornecimento de urnas funerárias e a prestação de serviços relacionados ao traslado de restos mortais humanos deverão estar em conformidade com as disposições da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 33, de 8 de julho de 2021, que regulamenta o Controle e Fiscalização Sanitária do Traslado de Restos Mortais Humanos, emitida pela ANVISA, ou outra norma vigente que venha a substituí-la. Além disso, deverão observar as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores de trânsito, como o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as exigências das autoridades competentes, assegurando o cumprimento das legislações aplicáveis ao transporte e movimentação de restos mortais humanos. Também deverão atender a outras exigências legais previstas pelos setores responsáveis

A Contratada deverá ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, sempre que aplicável.

### **13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA**

Conclui-se que a alternativa Solução (2) demonstrada evidencia-se perfeitamente viável em relação aos critérios estabelecidos na Lei Federal 14133/21 e Decreto Municipal n.º 1262/2023, pois os requisitos listados atendem adequadamente às necessidades formuladas e orçamentária, a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada, as quantidades de itens estão coerentes com as demandas previstas, os custos previstos são compatíveis e os riscos identificados são administráveis, desta forma solicita-se a abertura de processo licitatório.

Dessa forma, constata-se que a solução apresentada é viável e atende integralmente à necessidade identificada.





**Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

Sarandi, 05 de fevereiro de 2026.

**RESPONSÁVEL PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

---

**Jesse Marques Júnior**

Auxiliar Administrativo

Matrícula n.º 10587



# PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

LOTE						
ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL
TOTAL DO LOTE						

## IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social/CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

## DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

## IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;

II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de





preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

---

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



# SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

MINUTA – COMPRAS E SERVIÇOS

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### Nº «NÚMERO\_CONTRATO»/«ANO\_CONTRATO»

#### OBJETO

---

*Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR.*

---



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto *Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social do Município de Sarandi/PR*, de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número\_Licitação»/«Ano\_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome\_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ\_CPF\_Fornecedor»

Endereço: «Endereço\_Fornecedor» - «Cidade\_Fornecedor» - «Estado\_Fornecedor» - «CEP\_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial\_Fornecedor\_Contato»

E-mail: «Email\_Fornecedor\_Contato»

Representante: «Nome\_Representante» - CPF: «CPF\_Representante»

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Tabela 1





«Itens\_Contrato\_Por\_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### **4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

### **5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea "b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.



5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a



execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 83 a 85 do processo), em 30/04/2026 (DD/MM/AAAA).

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.





7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



## 9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



## 10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de



prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 **No caso de adjudicação por preço global de grupo/ lote de itens**, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

---

(Nome do Secretário)

---

«Nome\_Representante»





«Assinaturas\_Contrato»  
Secretário xxx

«nome\_fornecedor»

---

**Carlos Alberto de Paula Júnior**  
Prefeito

Testemunhas:

1 – XX

2 – XX



## CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

*Razão Social:*

*CNPJ:*

*Endereço:*

*Fone/Cel.:*

*E-mail:*

*Representante:*

*CPF:*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

*Razão Social:*

*CNPJ:*

*Endereço:*

*Fone/Cel.:*

*E-mail:*

*Representante:*

*CPF:*

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.	TOTAL





**Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

**MATRIZ DE RISCO**

**SECRETARIA RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**FINALIDADE:** Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Sarandi/PR no ano de 2026, em atendimento a Lei Ordinária Municipal Nº 2.908, de 23 de maio de 2023 em seu Art. 52.

**MATRIZ DE RISCO:** Conforme disposto no inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021, a Matriz de Risco consiste em uma cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) No caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
- c) No caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

**1- PROCESSOS ANTERIORES**

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Eletrônico nº 33/2025 Ata de Registro de Preços nº249/2025 Ampla Concorrência	
OBJETO DA LICITAÇÃO	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de Preços a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Sarandi/PR	13/08/2025 em Vigência
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO	



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

Não Houve			
INFORMAR, SE HOVER:			
DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM DO ADITIVO EM RELAÇÃO AO VALOR DO OBJETO ADITIVADO
Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Eletrônico nº 37/2023 Ata de Registro de Preços nº 327/2023 Ampla Concorrência	
OBJETO DA LICITAÇÃO	INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA
Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços funerários para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Sarandi/PR.	31/07/2023 - 02/08/2025
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO	
<p>1º termo aditivo (aditivo de prazo)</p> <p>Cláusula Primeira: "Fica Prorrogado o prazo de vigência, durante o período de 03 de agosto de 2024 a 02 de agosto de 2025, conforme estabelecido na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços"</p> <p>Justificamos a prorrogação da Contratação de Empresa Especializada em Serviços Funerários em face à necessidade em atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e acompanhadas pelos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS Esperança e CRAS Independência, uma vez que, as famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social, não possuem condições de arcar com os custos de um funeral digno aos seus entes queridos, sendo o direito ao acesso do benefício eventual assegurado aos cidadãos no âmbito da Proteção Social Básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) previsto no Art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, alterada pela LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011., atribuindo ao município o custeio desse dispêndio que representa um direito social pertinentes às políticas públicas.</p> <p>2º termo aditivo (aditivo de atualização monetária)</p> <p>Cláusula Primeira: "Conforme Aditivo de prazo de vigência, pelo prazo de 03 de agosto de 2024 a 02 de agosto de 2025, fica aditivado o valor de R\$ 142.813,71 (cento e quarenta e dois mil, oitocentos e treze reais e setenta e um centavos), reajustado pelo</p>	



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

índice IPCA(IBGE) de 4,22%, referente ao quantitativo inicial do Pregão Eletrônico n. 37/2023”.

Justificamos a prorrogação da Contratação de Empresa Especializada em Serviços Funerários em face à necessidade em atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e acompanhadas pelos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS Esperança e CRAS Independência, uma vez que, as famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade social, não possuem condições de arcar com os custos de um funeral digno aos seus entes queridos, sendo o direito ao acesso do benefício eventual assegurado aos cidadãos no âmbito da Proteção Social Básica, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) previsto no Art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) LEI N° 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, alterada pela LEI N° 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011., atribuindo ao município o custeio desse dispêndio que representa um direito social pertinentes às políticas públicas.

### INFORMAR, SE HOUVER:

DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM DO ADITIVO EM RELAÇÃO AO VALOR DO OBJETO ADITIVADO
01/08/2024	365 (dias)	142.813,71	4,22%

**LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Eletrônico nº 31/2022**

**Ata de Registro de Preços nº227/2022**

**Ampla Concorrência**

OBJETO DA LICITAÇÃO		INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA	
Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em Serviços Funerários destinados ao atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social e acompanhadas pelo Centros de Referência de Assistência Social do Jardim Independência e Jardim Esperança - (CRAS). do Município de Sarandi/PR		01/07/2022 - 30/06/2023	
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO			
Não Houve			
INFORMAR, SE HOUVER:			
DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM M DO ADITIVO EM RELAÇÃO AO VALOR DO OBJETO ADITIVADO



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve
-----------	-----------	-----------	-----------

LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Eletrônico nº 63/2021 Ata de Registro de Preços nº228/2021 Ampla Concorrência			
OBJETO DA LICITAÇÃO		INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA	
Registro de Preços para Serviços Funerários destinados ao atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social e acompanhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).		22/07/2021 - 22/07/2022	
ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO			
Não Houve			
INFORMAR, SE HOUVER:			
DATA DO ADITIVO	QUANTOS DIAS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO QUANDO DA CONCESSÃO DO ADITIVO	VALOR DO ADITIVO	PORCENTAGEM DO ADITIVO EM RELAÇÃO AO VALOR DO OBJETO ADITIVADO
Não Houve	Não Houve	Não Houve	Não Houve

## 2- RISCOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

<b>LISTAGEM DE POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO EM SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PREVISÃO DE EVENTUAL NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE TERMO ADITIVO POR OCASIÃO DE SUA OCORRÊNCIA</b>	
<b>POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES</b>	<b>ÔNUS DOS POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES</b>
➤ <b>Desistência ou insolvência do Contratado</b>	Contratada e Contratante
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Considerando que o contrato original pode enfrentar problemas de ordem financeira ou outras dificuldades que levam a desistir do mesmo ou ficar insolvente, exigindo ação por parte do contratante.	



## Secretaria Municipal de Assistência Social

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: sas@sarandi.pr.gov.br - www.sarandi.pr.gov.br

➤ <b>Aumento inesperado de custos de insumos funerários</b>	Contratante e Contratada
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Flutuações no mercado podem elevar os preços de insumos como caixões, flores e outros materiais.	
➤ <b>Atraso na entrega de insumos e serviços</b>	Contratada
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Greves ou paralisações de fornecedores que podem interromper a cadeia de suprimentos, afetando a disponibilidade de materiais e serviços. Aumento nos custo por sobrecarga nos serviços	
➤ <b>Aumento nos custo por sobrecarga nos serviços</b>	Contratante e Contratada
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Aumento na demanda por serviços funerários, por motivos de Pandemias ou surtos de doenças, que pode sobrecarregar a capacidade e elevar os custos operacionais.	
➤ <b>Mudanças na Legislação Funerária</b>	Contratada
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Novas leis ou regulamentações podem exigir alterações no contrato para garantir conformidade legal.	
➤ <b>Interrupção ou atraso na prestação dos serviços</b>	Contratada
<b>JUSTIFICATIVA:</b> Eventos como enchentes ou deslizamentos podem causar danos às instalações e atrasos nos serviços.	

### 3 - RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

Não se aplica ao caso analisado.

**CONCLUSÃO:** Da análise da Matriz de Risco, concluiu-se que está fora elaborada em conformidade com o disposto no **inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021**, estando os riscos conhecidos desta Municipalidade, devidamente abordados, delimitados e divididos entre a contratante e a contratada, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório.

De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Matriz de risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi/PR, 13 de janeiro de 2026





PREFEITURA  
**SARANDI**

**GOVERNANDO  
PARA O POVO!**



## **Secretaria Municipal de Assistência Social**

Fone: (44) 3288-5400 - Rua Tai, 777 - Centro - CEP: 87111-130

Email: [sas@sarandi.pr.gov.br](mailto:sas@sarandi.pr.gov.br) - [www.sarandi.pr.gov.br](http://www.sarandi.pr.gov.br)

Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

---

**JESSE MARQUES JÚNIOR**

Auxiliar Administrativo  
Matrícula Nº 10587

---

**DIEGO CARNEIRO DE MIRANDA**

Secretário de Assistência Social  
Decreto 229/2025